

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Progressos na prestação de contas

n JONAS WAZIR

HÁ progressos na prestação de contas pelo Governo no que tange ao desempenho do sector da indústria extractiva, na partilha de informações relativas ao reforço do fundo de capacitação institucional e das contribuições para projectos sociais por parte das empresas.



Há progressos na prestação de contas por parte do Governo sobre o desempenho da indústria extractiva

Os progressos constam de um estudo recentemente divulgado pela Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique (ITIE) e apresentado na cidade de Pemba aos membros de diversas organizações da sociedade civil, à "mídia" e outros parceiros referente a uma análise comparativa dos seus relatórios de 2013 e 2014.

Encomendado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o estudo tinha como objectivo avaliar e documentar os desafios relacionados com a transparência e responsabilização na cadeia de valor da indústria extractiva e conformidade de Moçambique aos processos da ITIE, compa-

rando o quinto e sexto relatórios, do ponto de vista de resultados.

Em Moçambique, ao abrigo dos contratos de exploração e produção, as companhias do sector devem fazer pagamentos ao Governo como forma de contribuir no estabelecimento de um fundo social de capacitação institucional e para projectos sociais que são, posteriormente, geridos pelo Instituto Nacional de Petróleos (INP).

Em Cabo Delgado operam as multinacionais Anadarko e EniEst Africa, concretamente em Palma, no projecto de gás.

Apesar das companhias ainda não terem iniciado a exploração deste recurso, o fundo disponibilizado por elas já serviu para

a construção de sistemas de abastecimento de água em Quissanga, Palma, Mecúfi, Namuno e Balama.

Entretanto, a directora do WWF-Moçambique, Anabela Rodrigues, apelou às organizações da sociedade civil de Cabo Delgado, não só, a desdobrarem-se na monitoria às empresas em grupos mistos, com vista a abranger todas as companhias para estar a par do desenvolvimento da indústria mineira.

"Parece que estamos mais atentos às grandes companhias de gás natural de Palma, quando todos sabemos que elas ainda não começaram a tirar o minério. Mas, por outro lado, temos a Montepuez Ruby Mining que já

está a vender o rubi e ninguém fala dele, portanto, temos de estar a par de tudo", apelou Anabela Rodrigues.

Durante os debates do relatório, os participantes mostraram o seu desacordo sobre os mecanismos de canalização dos 2,75 por cento que por lei devem ser destinados às comunidades, via orçamentos distritais. Os participantes opinaram que quem deve definir as prioridades para o uso deste valor são as próprias comunidades.

"Muitas vezes diz-se que foram desembolsados valores referentes aos 2,75 por cento sem explicações sobre o valor global, nem os calculados feitos na base desta percentagem. O montante

chega às comunidades através do Orçamento do Estado (OE), outro problema, porque atrasa e há vezes em que é devolvido aos cofres do Estado", referiram.

Sobre este assunto, Anabela Rodrigues diz que "vamos fazer sugestões, mas parece que a via OE não é a melhor, mas temos de nos perguntar se as comunidades estão suficientemente preparadas para gerir este valor".

A ITIE foi lançada em 2002 como uma iniciativa internacional destinada a melhorar a transparência da indústria extractiva e a responsabilidade em países ricos em recursos minerais não renováveis como gás, petróleo e outros minérios. Moçambique aderiu à iniciativa em 2009.